

UNIDOS ESTADOS

SEÇÃO

ANO IX - N.º 181

CAPITAL FEDERAL

QUINTA FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1954

Relação das Comissões

Diretora

Presidente - Marcondes Filho. 1.º Secretario - Alfredo Neves. 2. Secretario - Vespasiano martina 3. Secretario — Francisco Gallotti. 4. Secretario — Ezechias da Rocha. 1. Suptente - Prisco dos Santos. 2. Suplente - Costa Pereira, Secretario - Luis Namuco, Diretor Berai da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto - Presidente. Landuigho Alves - Vice-Presidente. (*)

Julio Leite. Costa Pereira Plinio Fompeu, Euclydes vieira, (***) Substitutio pelo Senador Go mes de Oliv**ei**ra. 🕦 Substituido pelo Senador Nes tor Masseus ***) Substituido pelo Senador Mo-Zart Lago.

Educação e Cultura

Flavio Guimarães - Presidente.

2 - Cicero de Vasconcelos - Vice-Presidente.

3 — Arēa Leão

Sá Tinoco. (**,

4 - Hammton Nogueira. 5 - Levindo Coelno.

6 — Bernardes Filho. 7 — Euclides Vieira. Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Carmen Lúcia de Holanda Cavaicanti

Reuniões -As guintas-feiras, ? 15 horas.

Finanças -

1 - Ivo d'Aquino - Presidenet.

- Ismar de Góls - Vice-Prestdente.

- Alberto Pasqualini. - Aivaro Adolfo:

5 - Apolonio Sales,
 6 - Carlos undenberg.

- Carlos tillucino. - Cesar Vergueiro.

8 — Domingos Velasco, 9 — Durval Cruz, 10 — Euclides Vieira, 12 — Mathias Olympio. (*)

13 — Pintó Aleixo. 14 — Plinio Pompeu.

15 — Veloso Borges. 16 — Vitorino Freire.

17 - Walter Franco. (**)

(*) Substituido pelo Senador Guilherme Malaquias.

(**) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário: Evandro Mendes Vianna Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 hòras.

Constituição e Justiga

Dario Cardoso\ - Presidente Aloysio de Carvalho' - Vice Presidente.

Anibal Johim. Attilio Vivacqua, (*) Ferreira de Souza (**) Gomes de Oliveira. Flavio Guimarâes. (***) Joaquim Pires. Luiz Tinoro. (****) Nestor Massena. Olavo Ouveira, (*****)

🖭 Substituído pelo Sr. Bernaries Pilho.

1 **) Substituido pelo Sr. Othon Mäder.

(*** Substituido pelo Sr. Cicero de Vasconceios.

(****) Substituido pelo Sr. Lvo d'Aquino.

(***** Substituido pelo Sr. Mozart Lago.

Secretario - Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar - Marflia Pinto Amando. Reuniões - Quartas-feiras, às 9,06

Legislação Social

1 - Gomes de Oliveira - Presidente.

2 - Luis Tinoco Vice-Prestdente.

Hamilton Nogueira,

- Rui Carneiro. Othon Mader.

Kerginaldo Cavalcanti. Cicero de vasconcelos.

Secretário - Pedro de Carvatho

Muller. Carmen Lucia de Hoianda Cavalcanti. Reumões as segundas-feiras

16.30 horas

Relações Exteriores

1 - Georgino Avelino - Presidente.

Hamilton Nogueira -

Presidente.

Novaes Filno

- Bernardes Fino.

- Diair Brindeiro, 195

Mathias Olympio. (**)

- Assis Chateaupriand (***)
- Joan Viliaspoas. (***)

(*) Substituido interinantente pelo Senador Apolônio Salles.

(**) Subsulting intermamente per

Senador Guilherme Malaquias. (***) Substituto intermamente pelo Senador Cicero de Vastoncelos. (****) Substitutdo intermamente

pelo Senacor Silvio Curvo. Secretário — Italina Cruz Aives Reuniões — Segundas-feiras, s horas e 30 minutos.

Redação

Joaquim Pires - presidente Waldemar Pedrosa — Presidente.

Aloysio de Carvalho. Carvalho Guimaráes.

5 - Costa Pereira

- Cecília de Rezende Secretário Martins

Nathercia Sá Leitão Auxiliar -Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Cóelho - Presidente. Alfredo Simeh - Vice-Presidente. Prisco dos Santos. Vivaldo Lima, Secretario - Aurea de Barros Rêgo

Reuniões às quintas-feiras, às 18 noras.

Serviço Público Civil-

1 - Prisco dos Santos - Presi-

dente. Linoco - Vice-Presa Luz

dente. Nestor Massena.

Vivaldo Lima. Djair Bringelio.

6 + Mozart 1,ago.

Secretario - Julieta Ribeiro Jos

Santos. Reumões às quartas-feiras, às **(6**

horas.

Transportes, Comunicações e Obras Publicas

Euclides Vieira - Presidente. Unotre viorres - Vice-Presidente Alencastio Guimaraes. Othon Mager. Antonio Bayma

Secretario - Francisco Soares Are ruda.

Reuniões às quartas-feiras, às & noras.

Segurança Nacional

- Pinto Aleixo - presidente. - Onorre Gomes - Vice Presidente.

dente. Maglinaes Barata.

- Ismar de Ciois.
- Silvic Jurvo.

6 - Waster Franco,

- Roberto Glasser Secretario - Ary Kerner Veiga de

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sôbre a Projeto de Reforma Constitu« cional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — Presidente. Dario Cargeso. Francisco Gallotti. Camilo Mercio.
Carios Lindemberg. Antonio Bayma. Bernarde, Filno. Olavo Oliveira. Donungos telasco. João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral. Othon Mader. Rui Carneiro.

Kerginaldo Cavalcanti. Secretário — Italina Cruz Alvesa

Parlamentar de Inquérito sôbre o cimento

Prancisco (moleti — Presidente, Mozart 11890 Vice Presidente Mozart lago Julio Leite Landum e Mv.s. Mario Motta. Secretario – Lauro Portella.

De Reforma do Código ae Processo Civil

João y mastoas — Presidente. Attillo vivacqua — Vice residente Dario Tarios — Relator. Secre diso - dose da Suva Lisbas Auxi in - Carmen Lucia de do ia Cavaleauti. Reumors a sextas-felras, as 16

Para estudo da concessão dos Direitos Civis a Mulher b.a. Silena

Muzart imgo - Prisidente. Aivaro Ade pho - i sut i residence Joan Vilaspols.
Gomes de Obleira.
Artillo Vivacqua Domingos valasco. Victorine Freire

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- Ismar de Góis Presidente. Prisco los Santos Vice P e sidente
- Kermalde Cavaleanti Re
- Vivaide Lima, Novaes, Pilno,

Secretario - J. A. Ravasco de A .. grade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 Alexandre Marcondes Filho -Piesidenie.
- Fer eira de Souza Retu-or (ierui
- ~ Ivo a Ammo

4 - Athino Vivacqua
5 - Victorino Erreire.
Scoretario — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir palecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 Dario Cardoso Presidente - Aloysic de Carvalho - Vice-Presidente
- 3 Anisio Jobim. 4 Attilio 'ivacqua 5 Camilo Mercio.
- 6 Ferreire de Souza 7 Flavio dumaraes,
- 8 Gomes de Oliveira 9 Joaquim Pires.
- 10 Olavo Oliveira. 1; Waldemar Pedrosa.
- 12 M zert Lago. 13 Hamilton Nogueira. 14 Guilherme Malaquias.
- 15 Nestor Massena,
- Francisco Porto. Secretario – Glória Fernandina

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 Luiz Tinoco Presidente.
 2 Gomes de Oliveira Vice
 Presidente e Relator Geral.
 3 Kerginaldo Cavalcanti.
 4 Othon Mäder.
 5 Rui Carneiro
- - Rui Carneiro,

Secretário — Italina Cruz Alves.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DILETOR GERAL ALEERTO DE ERITO FEREIRA

CHEER DO BERVICO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES HLLMJT HAMACHLR

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Daparlamento de Imprensa Nacional AVEN DA RODR'GUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES! FUNCIONÁRIOS 💉 Capital e Interior Capital e Interior Semestre 6r\$ 50.0° Somestre Cr\$ Ano Cr\$ 98,0. Ano 76,00 Exterior Exterior Ano Cr\$ 1360 Ano Cr\$ 13500

- Excetuzdas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão temar, em qualquer época, por seis meses on um ano.

- A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emítidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.
- Os suplementos às edições dos orgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante sclicitação.
- O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercicio decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

138.ª SESSÃO EM 21 DE OUTUBRO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º Sen. Guilherme Malaquias.
- 2 º Sen. Unotre Gemes. 3." Sen. Othon Macer.
- 4.º Sen. Joaquim Pires. 5.º Sen. Assis Chateaupriana.

ATA DA 137.ª SESSÃO EM 20 CE OUTUBRO DE 1934

PRESIDENCIA DO SENHOR MARCONDES .LHO

As 14,30 noras, comparecem es Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedrosa — Anisto Johim — Frisco dos Santos — Anistono Rossinos — Anisio Jouim — Frisco dos Santos — Antonio Bayma — Mireira de Souza — Victorino Freire — Area Leao — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Pinno Pompeu — Keryinaldo Cavalcanti — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Vellos Borges — Aerie Chalauthriana — Nonnée Etc. Ruy Carnevo — Velloso Borges — Assis Chateaubriana — Novaes Filho — Djaw Brindeiro — Ezecnias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Julio Leite — Durvai Cruz — Aloy sio de Carvalho — Pinto Aleixo — Carlos Linaemberg — Luiz Tinoco — Attilio Vivacqua — Sa Tinoco — Alfredo Neves — Guilherme Malaquias — Hamilt n Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Marcondes Filho — Euclydes go — Bernardes Filho — Nestor Mas-sena — Marcondes Filho — Euclydes Vieira — Domingos Velasco — Costa Pereira — Silvio Curvo — Othon Ma-der — Gomes de Oliveira — Ivo de Aquino — Francisco Gallotti — Al-berto Pasqualini — Alfredo Simch — [48] (45).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Alvaro Adolpho — Magathaes Barata — Mathias Otympio — Otavo Oliveira — Georgino Avetino — Apotonio Sales — Ismar de Goes — Vatter Franco — Pereira Pinto — Levindo Coelho — Cesar Vergueiro — Dario Cardoso — João Villasboas — Vespasiano Martins — Flavio Giumarães — Roberto Glasser — Camilo Mercio — (17).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 45 Srs. Sena-dores. Havendo numero legal esta aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. ALFREDO SIMCHI:

(Servina de Bº Secretario), procede à leitura da ata da sessao ante-rior, que, posta em discussão, e sem debate enroyado debate aprovada,

O SR. 2. SUPLENTE:

(Servindo de 1.º Secretario), le o

Expediente

Officios:

N. 2.705, de 18-10 954, do Presidente do Tribunal de Contas, solicitando a apresentação de emendas cujo texto encaminha ao Projeto de lei orgamentária, na parte referente des cartes de contas

mentação de verbas no total de Cr\$ 191.000,00.

A Comissão de Finanças. São lidos e vão a imprimir os se-

Pareceres

Pareceres ns. 812 e 813, de 1954

Da Comissão de Constituirão Justica, sôbre o Projeto de uci da Câmara n.º 93, de 1851, que esterde aos militares amparados pelas leis ns. 288, 616 e 1.156. a concessão da Micdalha de Guerra.

Relator: Sr. Clodomir Cardoso.

O decreto-lei n.º 6.795, de 1944. criou no Exército a Medalha de Guercriou no Exército a Medalha de Guer-ra, destinada a premiar militares e civis que hajam participado, relevan-temente, do esporço de guerra em que o pais esteve em rahado no altimo conflito mundial. Dentre os militares, excluiram-se aquêles para os quais foram criadas, nelo mesmo decreto, as condecora-

aquêles para os quais foram criadas, pelo mesmo decreto, as condecorações denominadas Medalha de Campanha e Cruz de Combate.

Vem agora o projeto n.º 1.192-B/1950, da Câmara, ora submetido a esta Comissão sob o n.º 93, e manda estender a concesso da Medalha de Guerra a esses militares e, de um modo geral, a quantos foram julgados dignos dos benefícios defereridos oclas leis que o mesmo projeto cita. Excetua, apenas, dentre estes, os militares e civis que fizeram parte da Missão Médica enviada pelo Brasil à França, em carater militar, quando da guerra de 1914-1918.

Nada há, na Constituição, que se

Nada há, na Constituição, que se oponha à aprovação do projeto, sôbre o qual, quanto à conveniência, se deverá pronunciar a Comisão das Forças Armadas.

Sala Ruy Barbosa, em 30 de ju-lho de 1951. — Dario Cardoso — Presidente; — Cladomir Cardoso — Relator Anisio Johim — Vergniaud: Wanderley — Aloysio de Carvalho — Camilo Mercio — Ivo d'Aquino.

N.º 813, de 1954

Da Comissão de Segurança Nacional, sôbre o Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1951.

Relator: Sr. Esperidião de Farias. Relator: Sr. Esperidião de Farias.
O presente projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados. Na Comissão de Justiça do Senado obteve parecer favorável. Nesta Comissão de Fôrças Armadas foram juntas as informações prestadas pelos Srs. Ministros, da Aeronáutica, da Marinna e da Guerra. e da Guerra.

A informação prestada pelo Sr. Ministro da Aeronáutica é francamente contrária ao projeto. Transcrevemos a seguir alguns conceitos por ele emitidos nos itens 4 e 5 de sua informação: "4 — Sendo as leis productivos por ele emitidos nos itens 4 e 5 de sua informação: "4 — Sendo as leis extensivos por elementos sua informação: "4 — Sendo as leis ns. 238, 616 e 1.156 extensivos aos militares das três Fôrças Armadas parece-me qu ea concessão da "Medalha de Guerra" aos militares por elas amparados, virá criar uma situação de privilégio para a Marinha e a Aeronáutica, já que, na sua maioria portadores das medalhas — "Servicos de Guerra" a "Campanha" "Serviços de Guerra" e "Campanha do Atlântico Sul", respectivamente, terão os militares dessas corporações mais um prêmio por serviços já reconhecidos.

cujo texto encaminha ao Projetc de lei orçamentária, na parte reicrente aquela alta corte de contas.

A Comissão de Finanças.

A Comissão de Finanças.

Da Câmara dos Deputados, encaminhando mensagem do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (S. Paulo), em que é solicitada suple-

caráler extensivo, a beseficiados por outros atos oficiais? e conclut (item 9): "Este Ministério é de parecer contrário an projeto de Lei da Câ-mara 11.º 23, de 1851:

"b) por ser de opinião que um grande número de militares amparados pelas leis ns. 288, 616 e 1.156 não se enquadram nos dispositivos legais que regem a concessão da "Medalha de Guerra."

informação encaminhada 2 - A pelo Sr. Ministro da Guerra é favorável ao projeto, sugerindo a exclusão dos militares de graduação inferior a 3.º sargento, justificando a aprovação do projeto do seguinte modo: "f) Se serviços prestados pemodo: "f) Se serviços prestados pe-los militares de que tratam as leis 288, 616 e 1.158 foram reconhecidos como relevantes a ponto de merecerem uma promoção ao serem transdes, é justo que sejam também con-decorados com a "Medalha de Guerra", pois, quem dá o mais da o menos".

E faz uma restrição, declarando que "a Medalha de Guerra ső tem sido-conferida aos militares com graduação de 3.º sargento para cima".

Sugere, por isso, emenda restri-

Foi muito acertada a decisão da Comissão de Fôrças Armadas solicitando aos responsáveis pela direção dos Ministérios militares infor-mações sôbre a medida contida no maçoes sorre a menda contida no projeto em exame. E esass informa-c es são muito valiosas para escla-recimentos do legislador cujo dever principal consiste em orientar-se no sentido de não perturbar com a ado-ção de providências porventura infempestivas a administração pública. Em-se tratando do setor militar principalmente, a opinião dos expoentes de uma classe cuja atuação é tão re-levante na vida da Nação deve ser acatada como a expressão da maioria atuante.

Entendemos, porém, que a restri-ção sugerido pelo Sr. Ministro da Guerra, restringindo a concessão da medalha a militares de graduação igual ou superior a 3.º sargento, cria tama distinção que nos parece injus-ta no caso, pois, visando o projeto am-pliar beneficios já concedidos àque-les que prestaram relevantes serviços à Nação, a exclusão de inferiores aquela graduação representa uma distincão odiosa e miustificável. Por outro lado, não nos permitimos sugerir a adoção le normá fixada na administração do Exército; pois somente os responsáveis por essa administra-ção devem ser os juízes das normas

4 - O conceitó do Sr. Ministro da Aeronáutica de que "um grande nú-mero de militares amparados pelas leis ns. 288, 616 e 1.156 não se enquadram nos dispositivos legais que regem a concessão da "Medalha de Guerra" não deve ser ignorado na decisão desta Comissão.

Tratando-se de medida que visa premiar esforço patriótico, sua libera-lização indiscriminada anulara, s e m dúvida, a intenção e os resultados que a inspiraram: o nivelamento dos méritos para sua concessão neutralisa o caráter de distinção e recompensa aos mais esforçados.

consequência será o desestimulo, o desencorajamento, de efeitos pro-fundamente nocivos em um organismo tão sensível so pundonor e no brio patriótico como o das classes armadas.

Em razão dessas considerações, Comissão de Segurança Nacional de-cide pela rejeição do projeto da lei da Camara n.º 93, de 1951.

Em 16 de junho de 1954. — sala das Comissões em 18 de ouinto Aleixo. — Esperidido de Fatubro de 1954. — Pinto Aleixo, Presidest. — Onofre Gomes. — Sylvio dente. — Magaindes Barata, Relator.
urvo. Pinto- Alekra. Curva.

Pareceres ns. 814 e 815. de 1954

Da Comissão de Constituição e Justica sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 356-53, que disnoe sobre a concessão da medaha naval "Servicos de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante que, no período de 15 de fevereiro a 22 de anôsto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

O Projeto de Lei da Câmara, nú-mero 356, de 1953, autoriza a concessã- da medalha naval "Serviços de guerra", instituída pelo Decreto-lei n.º 6,095, de 13 de dezembro de 1953, modificado pelo Decreto-lei mimero 6,774, de 7 de agôsto de 1944, aos ofic' is e tripulantes de navio mercante nacional cue, no período de 15 de fe-vereiro a 22 de agêsto de 1942, tenha sefrido ato de agressão no mar, para o que o Poder Executivo fará, dentro do prazo de sessenta dios contados da data da publicação da let; as alteracões que se tornarem necessárias no vigente Regulamento das Medalhas Navais do Mérito de Guerra.

A iniciativa legislativa decorre de mensagem do Sr. Presidente da Renública, a que acompanhou "exposição de motivos" do Sr. Ministro da Ma-rinha, alegando-se, al, que ao ser regulumentada a concessão das medalhas navais do mérito de guerra, ins inas navais do merito-de guerra, ins-tituídas pélo mencionado Decreto-lei in.º 6.695, com a modificação do de n.º 6.774, ficou associado o direito às mesmas à ondição indispensável do desempenho de missões de guerra. Com isso, foi excluido da honraria, o que representou uma injustiça, a ser reparada, o pessoal da marinha mercante que; no período de 12 de fe-vereiro de 1942, quando foi torpedea-

vereiro de 1942, quando foi torpedea-do o mercante nacional "Olinda", até 22 de agôsto do mesmo ano, data do reconhecimento do estado de belige-rância entre o Brasil e as chamadas potências do Elxo, guarnecia navio nacional que tenha sofrido atos de agressão no mar, uma vez que as me-dalhas em aprêço estão condicionadas à prestação de serviços de guerra, como tais somente se entendendo que se situassem nos limites de vigência do estado de beligerância.

. Nada há a opôr, do ponto de vista onstitucional.

Sala Ruy Barbosa, em 11 de fevereiro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente eventual. — Alovsio de Carvalho, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Camilo Mercio. — Gomes de Oliveira. — Attilio Vivacqua.

N.º 815, de 1954

Da Comissão de Segurança Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 356-53.

Relator: Sr. Magalhaes Barata.

O Projeto de Lei da Câmara nile mero 356-53 autoriza a concessão da medalha naval "Serviços de Guerta" medalha naval "Serviços de Guerra" criada pelo Decreto-lei n.º 6.095, de 13 de dezembro de 1943 que foi depois modificado pelo Decreto-lci n.º 6.774, de 7 de agôsto de 1944, para tingir aos oficiais e tripulantes de navio mercante nacional, qua estiveram embarcados e tenham sido agredidos em águas maritimas pelo inimigo no periodo de 15 de fevereiro a 22 de agôsto de 1942. to de 1942.

projeto veni- reparar uma exclusão do pessoal da marinha mer-cante que se viu afacado em seus na-vios pelas forças do "Eixo" em pe-ríndo anterior a entrada do Brasil em estado de beligerância.

Solo pois de parecer que o projeto em tela merece a sua aprovação.

O SR PRESIDENTE:

Sôbre a Mesa Requerimento de au-toria: do nobre Senador João Villasboas. (Pausa)

E' lido e deferido o seguinte

Requerimento n.º 465, de 1954

Sr. Presidente.

Requeiro sejam solicitadas infor-mações a honrada Comissão Diretora da Casa sôbre os motivos porque até hoje não foram feitas as promoções, no quadro da Portaria do Senado, re-

Para melhor compreensão dêste resposta que lhe foi, de pronto, dada pelo atual e digno titular da pasta da Justica. O meu requerimento de informa-

coes tem este teor:

"Sr. Presidente do Senado Federal; Requeiro, nos têrmos do artigo 121, letra "C", do Regimento Interno do letra "C", do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas as seguintes informações do Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justica e Negócios Interiores;

I — Relativamente ao processo número 897, de 1951, o inteiro teor:

a) das petições do Primeiro. Tenente Dentista do Corpo de Bombeines da Distrito Pederal Herodoto Peros da Peros

ros do Distrito Federal Herodoto Pereira:

 b) das informações do Departa-mento Militar do Ministério da Jus-tiça e Negócios Interiores no referido parecer;

c) do Despacho do Ministro José Francisco Bias Fortes;

d) da exposição de motivos do alu-dido Departamento Militar contrária ao despacho do Ministro referido na letra anterior;

e) do despacho posterior do Minis-tro Francisco Negrão de Lima; f) das informações prestadas pelo

Gomandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Coronel Saddock de Sa, relativamente ao pedido de reconsideração do despacho anterior.

ill — Relativamente: ao processo mº 11.095, de 1954. anexado: ao de mº 897, de 1951, igualmente: o in-teiro teor:

 a) do requerimento inicial de Pri-meiro Tenente Dentista do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Herodoto Pereira:

b) das informações do Comandante do Corpo de Bombeiros Coronel Sad-

g) do despacho do General Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar do Presidente Getulio Vargas, contra

o despacho do Ministro:

h) da aprovação pelo Presidente da República do despacho do Chefe da sua Casa Militar contra o despacho

do Ministro Tancredo Neves. Sala das Remiões do Senado Federal, em 20 de estembro de 1954. --Nestor Massana".

As informações prestadas ao meu remerimento de informações foram publicadas no jornal da Casa de 16 do corrente

do corrente.

sultantes da promulgação da Resolução n.º 15 de 24 de man do corrente ano, publicada em 25 do mesmo mês.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1954. Senador João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE:

Pelo Sr. Senador Nestor Massena, foi enciado à Mesa discurso, a fim de ser publicado, na forma do artigo 97. § 2.º, do Regimento Interno.

Discurso supra referido pelo Senhor Presidente

Sr. Presidente. solicitel, não há muito tempo, por intermédio da Mesa do Senado, as informações que o Sr. Ministro da Justiça se dignou, prestamente, enviar a esta Casa do Congresso Nacional, sóbre curioso caso coorrido nacuele Ministério antes de assumir a chefía do Poder Executivo o atual Presidente da República.

Para melhor Compreensão dêste diaceto do corrente. Como se vê destas informações, con meisto se vêt destas informações, con de Justiça, então uma nexte feito recuerimento ao Senhor Ministerio. A fundamentadamente da Ministério. A fundamentação do des informações de lucido o seu desnacho dos informações de lucido con descarado do servido presidente da República.

Para melhor compreensão dêste do corrente. Como se vê destas informações, con desta da burceracia ao Ministério. A fundamentação do desnacho descindo o seu desnacho dos informações de lucido de servido o seu desnacho do servido o seu desnacho do ministerio se remitiu sucertra do Ministério se remitiu sucertra do Ministério se remitiu sucertra do Rimisterio se remitiu sucertra do Senhor Ministerio se remitiu sucertra do Ministério se remitiu sucertra do Ministério se remitiu sucertra do Rimisterio se remitiu sucertra do sesundo con concordado com esse reexame e desando con nacuele Ministério antes de assumir a chefía do Poder Executivo concordado com esse reexame do assumir a chefía do Poder Executivo concordado com esse reexame do assumir a chefía do Poder Executivo concordado com esse reexame do assumir a chefía do Poder Executivo concordado com esse reexame do se sunto?! Subverteu-se, assim, a grasunto". Suhverteu-se, assim, a gra-duacão hierárquica dos órgãos do Miinsubordinistário, permitindo-se a insubordi-nação dos seus funcionários contra decisão fundamentada e completa, acahada, definitiva, do respectivo Ministro.

> No "demorado reexame do assunto", um assistente turídico do Minis-teria nermitiu-se discutir o desnacho do Ministro Bias Fortes, opondo a um dos fundamentos do desnacho ina obacogo formação anterior que o Ministro nêle refutava convincentemente. E o Mirefutava convincentemente. E o Mienistro Negrão de Lima, sem entrar no mérito do dissídio entre o despadho do seu antecessor e as informações de seus subordinodos, reformou, com simples "indeferido, de acôrdo com o parecer", o requerido pela parete, o despacho fundamentado do Mienistre. nistro Bias Fortes...

> O interessado no caso, não desconocado de conseguir iustica no Ministério da mania, voltou à carga, em nova neticão em que pediu reconsideração do despacho de indeferimen-to de seu requerimento anterior, rebatendo com a lei e com fatos as informações tendenciosas e inexatas do marceres com que a burocracia do Ministério contrariara a sua pre-tensão. O comando do Corpo de Bombeiros encaminhou ao Ministério a nova peticão, informando-a favo-ravelmente em todos os seus pormenores e evidenciando assim, a im-procedência das maliciosas informacões da burocracia do Ministério. Foi, porém, tudo em vão.

Posteriormente a mesma parte fez rovo requerimento ao Ministro da Justica, já então o brilhante homen, público que é o Sr. Tancredo Neves. O Comandante do Corpo de Bombeiros fez acompanhar êste requerimento de ofício em que assinala que "idêntico requerimento foi anteriormente. encaminhado a essa Divisão, com a informação n.º S-1.243. de 14 de maio do Corpo de Bombeiros Corquel Saddock de Sá:

c) das informações do Assistente
Militar do Ministério da Justica e
Negocios Interiores Major Nilton Moreira;

d) do despacho do Ministro Tancredo Neves;
e) do telegrama que enviel, nesse época, ao Ministro Tancredo Neves;

f) da exposição de motivos número do caso; assentou que época, ao andamento do processo;

f) da exposição de motivos número do Comandante do Corpo de Bomfeiros e do Major Assistente do Ministro Tancredo Neves;

forçosa é a aplicação dos textos em vigor". E foi à vitas das informações forças, ao exposição de motivos número do Comandante do Corpo de Bomfeiros e do Major Assistente do Ministro Contra o despacho do Ministro Tancredo Neves despacho Neves: informação n.º S-1.243. un 14 un de 1952, e que, não obstante o parecer favorável dêsse Comando, foi desse do exposto este

nhado o processado ao Senhor Presi-den e da República para as providên-cias decorrentes do seu despacho, a fim de darlhe execução, a burocracia do Ministério insurgiu-se contra o mesmo e, sabetando a atuação do Ministro, conseguiu obter que a Secretaria do Conselho de Seguranca Nacional oninesse pelo indeferimento do pedido iá deferido conclusivamente nelo Ministro da Justica, usando a Secretaria, na exposição feita a respeito, de alegações absolutamente adversas às informações precisas exatas, verdadeiras, do Comandarte do Corno de Bombeiros e do Assistente Militar daquele Ministro.

Em telegrama que então dirigi ao Ministério contra o seu despações contecimentos, de que resultaram a crise que determinou o afastamente do ilustre mineiro da pasta que ocupava no govêrno antecessor do atual. não lhe permitiram dedicar ao assunto a atenção devida, para agir

ocupava no govêrno antecessor do atval. rão lhe permitiram dedicar ao atual. 120 ine permituram dedicar ao assunto a atencão devida, para agir contra os burocratas que se faziam e talvez ainda pretendam continuar nesta atitude — de super-coverno no Ministério da Justica. Contrata a despenha telegráfica expenha face despenha telegráfica expenha que despenha que despenh quanto êsse desvacho telegráfico, ex-pedido nela respectiva agência no pedido pedido nela respectiva agencia no senado Pederal, houvesse chegado às mãos do seu destinatário, que dêle teria dado conhecimento ao Departamento do Ministério a que a matéria estava afeta, não foi êle junto ao respectivo processo pela burocracia ministerial, conforme informou ao General de Lucidos de Austica.

ministerial, conforme informoi ao Senado o atual Ministro da Justiça... Em conclusão do exposto, deve-se lamentar que o Govérno da República anterior ao atual permitisse e presticiasse a ação dos que nos desvãos dos Ministérios se sobrepunham a autoridade dos Ministros de Petado. à autoridade dos Ministros de Estado cerceando-lhes a autoridade e sendo anoiados nesse cerceamento pelo cheanoiados nesse cerceamento pelo chefe do Poder Evecutivo. Nacuele Govêrno, os Ministros de Estado, os
mais capazes, os mais brilhantes, os
mais dedicados à pessoa do Presidente da República, viam-se diminuídos
na sua autoridade pela arão dos oue
contra éles agiam subrepticiamente e
conseguiam sobrepor a sua vontade
e os seus interesses às mais justas
decisões dagueles Ministros. decisões daqueles Ministros.

Oxalá comecemos a restauração das boas normas administrativas, tão pre-judicadoras pelos que conquistaram pela fôrea, em 1930, o govêrno da República, pondo têrmo à subversão que nela se verificava, até há pouco tempo, à anarquia, ao cáos a que chegaram, em benefício dos audaciosos cuia fortuna foi propiciada pelo deletírio ambiente em sua propararam. tério ambiente em que prosperavam e no qual nem sempre a má fé se iso-lava da incompetência, da ignorância presunçosa e enfatuada.

O SR. PRESIDENTE:

Velo à Mesa e vai ser lido, outro Requerimento É lido e deferido o seguinte

Requerimento nº 466, de 1954

Requerimento nº 466, de 1954

Sr. Presidente do Senado Federal.

Tendo o Senhor Ministro da Justica e Negócios do Interior, em atenção a ofício do Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, enviado a esta Casa do Congresso Nacional as informações solicitadas pelo infra-assinado, em data de 20 de setembro de 1954, sôbre petições, e o respectivo andamento, no referido Ministério, do Primeiro Tenente Dentista do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Herodoto Pereira, mas trito Federal, Herodoto Pereira, mas mão as tendo acompanhado, e não de Economia não foi consciente do dever cumprido.

O Senado não tem qualquier moticação do projeto de Decidação do projeto. Apenas reconhece a necessidade de resolver sobre ele a necessidade de resolver sobre ele a necessidade de resolver sobre ele a necessidade de Economia não foi consciente do dever cumprido.

O Senado não tem qualquier moticação do projeto de Decidação do projeto. Apenas reconhece a necessidade de resolver sobre ele a necessidade de resolver sobre ele a necessidade de Economia não foi consciente do dever cumprido.

O Senado não tem qualquier moticação apresenta a redação final fil. anexa) do Projeto de Decidação do projeto. Apenas reconhece de necessidade de resolver sobre ele a necessidade de resolver sobre ele a necessidade de Economia não foi consciente do dever cumprido.

O Senado não tem qualquier moticação do projeto de Decidação do projeto. Apenas reconhece de necessidade de resolver sobre ele a necessidade de Redação, em punha a se tendo acompanhado, e não foi consciente do dever cumprido.

O Senado não tem qualquier moticação do projeto de Decidação do projeto. Apenas reconhece de necessidade de resolver sobre ele a necessidade de Redação, em pois de Redação, em pois de Redação de Redação de Redação, em pois de Redação de Redação

Não se deram por vencidos os busto que, se não que, se não sição de motivos n.º 1.548, de 21 de fim do regime que se ultimou com junho de 1954, do Departamento Miaconção à chefia do Poder Executivo do atual Presidente da República. Tendo o titular da pasta da Justiça determinado fôsse ercaminhado o processado no Senhor Presidente da República para as providêndo de marco de 1951, não solicitado no de março de 1951, não solicitada no de março de 1951, não solicitada no pedido de informações, — requeiro a V. Ex. a se oficie, de novo, ao mesmo Senhor Ministro da Justiça e Negócios do Interior, reiterando o pedido de remessa de cópia da dita de exposição de motivos n.º 1.548, que deve figurar no processo n.º 11.699 de 1954, anexado ao de n.º 897, de 1951, do aludido Ministério.

Esgotada a hora do expediente,

ORDEM DO DIA · ·

Continuação da votação, Continuação da votação, em discussão unica, do Requerimento n.º 461, de 1954, do Sr. Sc. nador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia nos têrmos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 333, de 1959 mendios cônca a partici-1952, que dispõe sôbre a partici-pação dos trabalhadores nos lucros das emprêsas.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação.

O SR. EUCLYDES VIEIRA: -

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, quando o Projeto ora em votação, a requerimento do Ilus-tre Senador Ferreira de Souza, relator da Comissão de Finanças foi en-caminhado à Comissão de Economia, estavamos às vésperas do pleito de 3 de outubro.

O Sr. Café Filho, que então presidia com grande mérito o Sarado, ha-via resolvido facilitar aos Senadores ausentarem-se desta; Capita, para melhor acompanharem a propaganda eleitoral nos respectivos Escados.

Entretanto, na ausência muitissimo justificada do ilustre Senador Perei-ra Pinto, Presidente da Comissão de Economia, e do Vice-Presidente dêste órgão, Senador Landulpho Aives, nessa ocasião já muito doente, nós, os demais membros da mesma Comissão, nos reunimos, e eu assumi a responsabilidade de relatar o Pro-

Verifiquei, desde logo, que devia fazer estudo meticuloso da matéria, para apresentar parecer. Com o apoio de professores de economia e economistas experimentados, consegui apresentar um trabalho que, se não for perfeito, será, pelo menos, fruto de exame acurado. Qualquer que seja

di, na ausência do ilustre Senador ANEXO AO PARECER N.º 758, Dã Pereira Pinto, com os meus companheiros de Comissão, para nos reu-nicmos amanha, quando o meu na-recer será devidamente apreciado. Não encontro, portanto, motivo para a aprovação do requerimento em votação, como não o encontrei para aprovação do anterior pedido de urgência. O Senado, amanhã, provávelmente terá o projeto apreciado pela Comissão de Economia.

Não nos reunimos hoje porque é dia de trabalhos da Comissão de Franças que tem assuntos urgentes a

Assim, Sr. Presidente, justifico c meu coto, antes, contra a urgência e, agora, contra a inclusão do pro-jeto em Ordem do Dia. Torno a declarar que, pessoalmente, não tenno qualquer interêsse, como não o tem o Senado, em demorar o exame de matéria resultante de imperativo constitucional. Espero que a Casa, rejeitando mais uma vez requerimento do meu ilustre companheiro de pancada Senador Mozart Lago, nos conceda tempo para estudo minucioso do projeto que dispõe sobre a par-ticipação dos trabalhadores nos lu-cros das emprêsas. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação do requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

O SR. KERGINALDO CAVAL-CANTI:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à verificação de votação solicitada pelo nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Os Senhores Senadores que apro-vam o requerimento tenham a bon-dade de levantar-se. (Pausa.)

Queiram sentar-se os Srs. Sena-dores que votaram a favor e levan-tar-se os que o rejeitam. (Pausà).

Votaram a favor 13 Senhores Senadores e contra, 19.

E rejeitado o seguinte

REQUERIMENTO N.º 461, DE 1954

Requeiro, nos têrmos da letra "a" do art. 90 do Regimento interno. a inclusão, na "Ordem do Dia" do Projeto de Lei da Câmara n.º 333, de 1952, que dispõe sôbre a participação dos empregados nos lucros das empresas, projeto para o qual o Se-nado ontem negou urgência, mas que, em verdade, já tem decorridos os prazos das Comissões pará lhe ofe-recerem os pareceres respectivos.

SEM DEBATES, SAO APROVA-DAS E VAO A PROMULGAÇÃO AS REDAÇÕES FINAIS CONSTANTES DOS SEGUINTES PARECERES:

PARECER

N.º 758, de 1954.

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1953.

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e John Putman Webber.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos têrmos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º - 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 19 de setembro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e John Putman Webber, para desem-penhar a função de Professor Associado de Meteorologia Sinóptica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, sendo que a vigência do contrato é a partir do seu registro naquêle Tribu-

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 759, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de De-creto. Legislativo n.º 57, de 1953. Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comisão apresenta a redação fina!) fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 1953, originário Câmara dos Deputados,

Sala da Comissão de Redação, 6 de secen pro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. - Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER

N.º 759, DE 1954 -

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre Josué Martins e sua mulher Tereza Martins e u União Federal.

Faço saber que o Congresso Nacio-na' decreta nos têrmos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

NECRETO LEGISLATIVO

M.º DE 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato cele-brado a 1.º de março de 1950, entre Josue Martins e sua mulher Tereza Martins, outorgantes transmitentes, e a União Federal, outorgada adqui-rente, relativo à desapropriação de uma faixa de terra, na importância de Cr\$ 6.500,00 (seis nil e quinhentos cruzeiros) encravada na propriedade denominada "Barra", no Município dos Afogados-da-Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

- FARECER

N.º 760, de 1954

COMISSÃO DE REDAÇÃO

- Redação final do Projeto de De-creto Legislativo nº 65, de 1953. Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 1953, originário da Camara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação 6 de setembro de 1954. – caquim Pires. Presidente. – Costa Pereira, Relator. - Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 760, DE 1954

Reaação Final do Projeto de Decreto Legislativo n. 65, de 1953 que aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Comércio e Indústria Neva Ltda.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos térmos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, a eu promulgo o reguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º DE 1954

Art. 1.º E aprovado o contrato ce-leorado, em 15 de etembro de 1952. entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais o a firma Comercio e Indústria Meva Ltda, para o fornecimento e montagem do equipamento lo Laboratório de Hidráulica Experimental daquele Departamento.

Art. 2.º Este decreto legislativo en-

trara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em cor trário.

PARECER.

N.º 761, de 1954

OMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação tinal do Projeto de Decreto creta Legislativo n.º 84, de 1953.

Relator. Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação la Câmara dos eputados.

Sela da Comissão de Redação, 6 de minima do Frojeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, de la Câmara dos eputados.

Sela da Comissão de Redação, 6 de minima do Frojeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, de iniciativo n.º 84, de 1953, de la Câmara dos Demutados. tiva da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, 6 le setembr de 1954 — Joaquím Pires Presidente. — Waldemar Pedrosu, Relaur. — Costa Perenu.

ANEXO AO PARECER

N.º 761. le 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislat vo nº 84, de 1953 que aprova o têrmo de ajuste celebrado entre o Departamento dos promuigo o seguinte Correios e Telegratos de Pernambucc e a firma J. Ferreira Marques.

Faço saber que o Congresso Nacio-nal Gecreta nos têrmos do art. 77 i 1.º, da Constituição Federa!, e eu primulg o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art 1.º E' aprovado o têrmo de ajuste celebrado em 5 de agôsto de 1942, entre o Departamento dos Correios e Telegrafos de Pernambuco e a firma J Ferreira Marques, para cons-trução de duas residencias destinadas a operadores da Estação Rádio-Tele-gráfica le Pau Ferro naquele Estade.

Art. 2.º Es e decreto legislativo entrara em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em

PARECER.

N. 762, de 1954

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de De cretc Legislativo n.º 87, de 1953

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

Comissão apresenta a redação fi-

A l'omissão apresenta a redação fi-nal (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 1953, de Inicia-tiva da Samara dos Deputados. Sala da Comissão de Redação 6 de setembro de 1954. — Joaquim Pires. Presider te. — Waldemar Pedrosa, Re-lator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 762, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislotivo n.º 87, de 1953 Decreto Legistotivo n. 81, ae 1953 que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Cor-reios e Telégrafis e a firma Elec-trouraz Comércio e Indústria Sociedade Anônima,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos têrmos do art. 77, \$ 1.0, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato cele-orado, em 19 de novembro de 1952, entre o Departamento dos Correios e resegratos e a firma Electrobraz Comercio e Industria Sociedade Anôni ma, para fornecimento de aparelha-gem telegráfica aqu'lle Departamento.

Art. 2.' Este decr?to legislativo en-trará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas 4s disposições em contrário.

PARECER.

N.º 763, de 1954

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuação final do Projeto de De-creto Legislativo n.º 89, de 1953. Relator: Sr. Waldemar Pedrosa. A Comissão apresenta a redação fi-na! (fl. anexa) do Projeto do Cara

ANEXO AO PARECER N.º 763, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 1953 que aprova o contrato celebrado entre a Viação Férrea Federa Leste Brasileiro e a Mineração Baiana Lida.

Faço saber que o Congresso Nacionai decreta nos têrmos do art. 77 § 1.º, da Constituição Federal, e eu

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º E' aprovado o contrato ceteorado em 17 de abril de 1952, entre a Viação Férrea Leste Brasileiro e a Mineração Baiana Ltda. para o transporte ferroviário de mercadoras desta, mediante material que fornecerá em qualidade, quantidade e nas condições estabelecidas no mesmo contrato.

Art. 2. Este decreto legislativo en-

crará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições en cação, rev cont**l**ário.

PARECER

N.º 765, de 1954

Comissão de Redação Redação final o Projeto de De creto Legislativo : 98, de 1953. Relator: Waldemai Pedrosa.

A comissão apresenta a redação fi-nai (fl anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, le 1953, originário da Câmara dos Jeputados.

Sala da Comissão de Redação 6 de setembro de 1954 — Joaquim Pires Presidente. — Waldemar Pedrose, Relator. - Costa 'ereira.

DECRETO LEGISLATIVO

🕯 1.º, da Constituição Federas, o 🗪 promuige o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º DE 1954

Art. 1.' E: aprovado o contrato cele orado, a 19 de milo de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telegra fos e a Caixa de Previdencia dos Funionarios do Banco do Brasii, para io cação de 3 (tres) salas do Edifici Marques dos Reis, pelo prazo le dois) anos e destinadas à instalação oc. Serviços do Plans Postal Telegráfico.

Este decreto legislativo en Art. 2. trará em vigor na data de sua puon-cação, revogadas as disposições em con rário.

PARECER

₄√.º 765, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 103 de 1953.

Relator: Sr. Valdemar Pedrosa. A Comissão apresenta a recação A Comissão apresenta a realifinal (fls. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 103 de 1953 de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Radação em 6 de setembro de 195¥ — Joaquim Pires, Presidrente; Waldemar Pedrosa, Relator; — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 765, DE 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 103 de 953 que aprova o contrato celebrado ertre o Departamento Federal de Compras e a Sociedade Meshia

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos térmos do art. 77 parágrafo 1.º da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º... DE 1954 Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 22 de dezembro de 1952 entre o Departamento Federal de Compras e a Sociedade Mesbla S. A. para fornecimento ao Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, de uma lan-

cha para passageiros e carga nas condições estipuladas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECE

N.º 768, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa. A Comissão apresenta a redação fi-nal (fi. anexa) do Projeto de De-creto Legislativo n.º 120, de 1953, ori-ginário da Câmara dos Deputados, com a necessária retificação na data do contrato celebrado a 4 de julho de 1952, e não a 4 de junho como consta do autógrafo.

Sala da Comissão de Redação, em 6 de setembro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO DE PARECER Nº 768, DE 1954

Redação Final do Projeto de N.º 764, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de Decreto Legislativo n.º 120, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Caixa de Previdencia dos Funcionários do Banca do Brasil.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, \$ 1.º de Constituição Federal, e nai decreta nos termos do art. 17.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º - 1954

Art. 1º É mantida a decisão por que o Iribinal de Contas em sessão denegou registro ao contrato cer-urado a 4 de julho do mesmo ano, entre o Departamento dos Correios e l'elegratos e o Engenheiro Murilo de Faria Becker para desempenhar, na Secão em que tiver exercício, esna seção em que tiver exercico, esudos relativos a calculos de concieto
armado e contrôle de construções,
nem como outros serviços merentes
1 sua profissão.
Art. 2 Este decreto legislativo entrara em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em
contrêrio.

contrário.

PARECEL

N.º 789, de 1854

Comissão de Redação

Redação tinal do Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 6 de setembro de 1954. — Joaqu.m Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 769 DE 1954

Redação Final do Projeto de Decreio Legislativo n.º .25, de 1953, que aprova o contrato ce-lebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco de Assis Cajazeiras e sua mulher Francisca de Souza Cajazeiras

Faço saber que o Congresso Nacional decreto nos têrmos do artigo 77, § 1º, do Constituição Federal. • eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º - 1954

Art. 1º E' aprovado o contrato celemono ent 21 de março de 1847. entre o Ministèrio da Agricultura e Francisco de Assis Cajazeitas e sua mulhar Prancisca do Scuza Cajázeiras, paraf ins de irrigação agricola local denominado "Penha", no Mu-oicípio de Iguatu Estado do Ceará. Art. 2.º Este decreto legislativo

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sun publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 770, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação nai (fl. anexa) do Projeto de final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 6 de setembro de 1954. — Joaquim Pires. Presidente. — Waldemar Pe-drosa, Relator. — Costa Fereira.

ANEXO AO PARECER N.º 770. DE 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 1953, que aprova o contrato ce-lebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Salvador Ltda.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos têrmos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º - 1954

Art. 1º fr aprovado e contrato ce-lebrado a 14 de novembro de 1952 entre o 17 Telégrafos e a firma Construtora Sálprettada na importância de Cr\$ 458 331,40 (quatrocentos e cinquenta e osto mil, trezentos e triota e um cruzeiros e quarenta centavos) de um prédio destinado à est ção rádio transmissora de Pituba, no bairro de mesmo nome, cidade de Salvador. Ca-

mento.
Art. 2.º Éste decreto legislativo entrara em vigor na data de sua pu-blicação, revogadas as disposições em

pital do Estado da Bahia em terreno

de propriedade do referido Departa-

PARECER

N.º 771, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de De-creto Legislativo n.º 132, de 1953. Relator: Sr. Waldemar Pedrosa

Comissão apresenta a redação final (fls. anexa do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1953, de ini-ciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 6 de se embro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 771, DE 1954

Redação Finas do Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 1953, que aprova o têrmo do contrato celebrado entre o Ministerio da Agricultura e Leontino de Souza Polim e sua mulher Rolim e sua mulher.

Faço saber que o Congresso Nacio-nai decreta nos termos do art. 75, a 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO - 1954

N.º DE 1954

Art. 1.º 9' aprovado o têrmo de contrato ceiebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Leontino de Souza Rolim e sua mulher, para fins de irrigação agrícola em terras de sua propriedade. agricola em terras de sua propriedade, situadas na Fazenda Juazeiro, no Município de Jucás, Estado do Ceará. Art. 2.º Este decreto registativo en-

tará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 772, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954. Relator: Sr. Valdemar Pedrosa

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decre-to Legislativo n.º 20, de 1954, de mi-

ciativa da Câmara dos Deputados.
Sala da Comissão de Redação, em
6 de setembro de 1954. — JoaquimPires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator, — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 172, DE 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Cor-reios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera.

Faço saber que o Congresso Nacio-nal decreta nos têrmos do art. 77, \$ 1°, da Constituição Federal, e eu pro-mulgo o seguinte

rara em vigot na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em, contrário.

PARECER

N.º 786, de 1954 ·

Comissão de Redarão

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 42, de

Relator: Sr. Alcysio de Carvalho.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decre-to Legislativo n.º 49, de 1953, originário de Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 1954. — Joaruim Pires, Presidente. — Aloysio de Car-valho, Relator. — Wildemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 733, DE 1954

Redação final Jo Projeto de Decreto Legislativo número 49, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denega ória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Justica e Negócios Interiores e a firma Construtora Senobra Ltda.

Faco saber que o Congresso Nacional decreta, nos târmos do art go 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgi o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º ..., de 1954

· Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribural de Contas, em se são real zada a 28 de dezembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado a 21 de dezembro do mesmo ano, entre o Ministério da Justiça e Ne-gócic Interiores e a firma Construto-ra Senobra Ltda., para instalação das rêdes de água, gás, luz e esgotos pri-mários e secundários na casa do Ad-ministrador da Casa Maternal Meio Matos, na Gávea, Distrito Federal.

Art. 2.º Este decreto legislativo en-

tra á em vigor na data de sua rubli-cação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER -

N.º 787, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 101, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa Relator: Sr. Waldemar Pedrosa
A Comissão apresenta a redação
final (fl. anexa; do Projeto de Dereto Legislativo n.º 102, de 1955, de
iniciativa da Câmara dos Denutados.
Sala da Comissão de Redação ero
la de setembro de 1954 — Jocquam
Pires. Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Aloysio de Carvaino

ANEXO AO PARECER N.º 787, DE 1954

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 102 de 1953, que mantém a decisio de Tribunal de Contas, denegatória de registro do térmo adimo ac contrato celebrado entre o De-partamento Federal de Segurança Pública e Atahualpa Alves Caldeira.

Faço saber que o Congresso Na-cional decreta nos têrmos do artigo 71, § 1.º, da Constituição Federal, e su promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N. **— 1954**

Art. 1.º E' mantida a decisao por que o Tribumal de contas, em sessão lebrado a 13 de novembro de 1953, en realizada a 12 de novembro de 1952. Amizade e denegou registro ao têrmo de 23 de legafos e a firma Raul Hirt Sera, patra construção de um prédio destinado trato de 5 de fevereiro do mesmo de Portugal

a sede da Agência Postal de Toma-zura, un Estado do Parana. Art 2º Este decreto registativo en hualpa Alves Caldeira para amenda mento do prédio da estrada Nazare n.º 2 568, destinado no comissalado

n.º 2 500, destriate no comissaciate de Anchieta e Pavuna.

Art 2º Este decreto legistativo entrará em vigor na data de suo publicação, revogadas as disposições eni contrário.

N.º 788, de 1954

Comissão de Redação

Brdanan linal da Projeta de Parreto Legislativo número 114, de 1953.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

A Comission apresents a redação fi-nal (fl. apprai do Projeto de Dese-ta familiativo n.º 114, de 1952 de inicintiva da Câmara des Deputades.

Sala da Comissão da Redacão, em 12 de cotembre de 1924. — Inquirio Direc Presidente. — Alorsio de Car-palho, Polator. — Waldomar Pedrosa

ANEXO, AO PADECER N.º 788, DE 1954

Redação final do Projeto de Proreto Legislativo n.º 114, de critara da desarrouriação anerosa de uma taira de terra encravada em uma anominado estuada. A lucar desaminado "Beila-Flor" Funicípio de Campo Grande, Es-tado da Paraíba. tado da Paraiba.

From subst one o Commesso Nactonal darrota, nos târmos do artigo 77. E da Constituição Federal, e eu promulgi o secuinte

DECRPTO LEGISTATIVO

 $N.^{n} - 1954$

Art. 1.0 % aprovado o têrmo do dia 21 de arósto de 1950 de escritura de desenvortição onerosa de uma falta de terra encravada em uma propriedada situada po luvar denominada "Paria-Plor". Distrito de Puxinana. Municipio de Campina Grande, letado da Pareiba, figurando, como outorrantes transmitentes. Luía Aveli das Sartos e sua mulher Sevenina Janna da Conceição e como outorana da conceição e co rina Joana da Conceição e como ou-torrada admirenta a Imião Federal Art. 9 º esta dantete legislativo entravé em vicor na data de sua nubli-cación ravogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 789, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de reto Legislativo número 10, de 1954.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

Comissão apresenta a redação final (fl. apexa) do Projeto de Decre-t- Legislativo n.º 10, de 1954, origi-nário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 19⁵⁴. — Jonanim Pires, Presidente. — Aloysio de Car-valho. Relator. — Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 789 DE 1954

Redação final do Proieto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954, que aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os go-Faço saber que o Congresso Nacio-

vernos do Brasil e de Portugal.

nal decreta nos têrmos do artigo 66. inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

'N.º ..., de 1954

Art. 1.º E' aprovado o Tratado de Amizade e Consulta firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1959 entre os Governos do Brasil e

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publirevogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 790, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 37, de

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho. Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decre-to Lerislativo n.º 37, de 1954, de ini-

cie iva da Câmara dos Deputados. Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 1974. — Joaquim Pires, Providente. — Aloysio de Car-rollo, Relator. — Waldemar Pedrosa,

ANEXO AO PARTCER N.º 790, .DE 1954

Redação final do Proieto de Derreto Lecislático n.º 37, de 1354, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato de em-meitoda celebrado entre o Quar-tel General da 4.ª Região Militar e a trana Construtora Geminiano. Góis Ltda.

Faco saber que Concresso Nacional decreta, nos têrmos do artigo 77, § 1.º. da Constituição Federal, e eu promulgi o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º ..., de 1954 .

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas. den gou rezistro ao contrato de empreitada celebrado, a 25 de julho do mesmo ano, entre o Quartel General da 4.º The second of th va de Belo Horizonte.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vizor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SEM DERATES SÃO APROVADAS E ENVIADAS A CAMARA DOS DEPUTADOS, AS REDACOES FI-NAIS CONSTRUTES DOS SEGUIN-TES PARECERES:

· PARECER

N.º 783, de 1954 ·

Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara n.º 66, de 1952.

Relator; Sr. Waldemar Pedrosa.

Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) da emenda do Se-nado ao Projeto de Lei nº 66, de 1952, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pe-drosa, Relator. — Aloysio de Carvalho.

ANEXO AO PARECER N.º 783, DE 1954

-Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara n.º 66, de 1952, que autoriza torizado a pagar, pelo Ministério da azenFda, do crédito especial de Cr\$ 546,80, para o fim que especifica.

Ao artigo 1.º (Emenda n.º 1). Dê-se a êste artio ag seguinte re-

dação:
"Art. 1.º E' o Poder Executivo autorlazdo a pagar, pelo Ministério da Fazenda, a Agenor Marques dos San-tos a quantia de Cr\$ 546,80 (qui-nhentos e quarenta e seis cruzeiros e oitenta centavos) a título de compensação por dispensa de serviço industrial do Estado, abrindo para isso o necessário crédito".

N.º 784, de 1951

Comissão de Redação

Redação final das emendos do Senado ao Projeto de Lei du Câ-mara nº. 245, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação finai (fis. anexas) das emenous 60 Senado ao Projeto de Lei u.º 245, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.
Sala da Comissão de Redação, em

13 de setembro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente — Waldemar Pe-arosa, Relator. — Aloysio de Carvalho.

ANEXO AO PARECER N.º 781, DE 1954

Redação final das emendas ao Senado ao Projeto de Lei da Camara nº 240, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abru, pelo Ministerio da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000 0%, a fim de eregir-se na cidade de Rivanda da Território ha Branco, capital do Território Federai do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro.

Ao artigo 1.º (Emenda n.º 2).

Onde se diz: ...Cr\$ 2 000.000,00 (dois mithões de cruzeiros)...' Diga-se:

#...Cr\$ 1.500 002,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros)..."

Ao artigo 3." (Emenda n." 1).

Suprima-se este artigo.

PARECER

N.º 785, de 195,

Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara n.º 41, de 1594.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa. A Comissão apresenta a redação final (fis anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 41, de 1954, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pe-drosa, Relator. — Aloysio de Carvalho.

ANEXO AO PARECER Nº 785, DE 1954

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1954, que modifica o artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao artigo 1.º (Emenda n.º 1-C)., Onde se lê:

"Parágrafo único".

Leia-se: " § 1,0".

Ao artigo 1º (Emenda n.º 1-C). Acrescente-se a êste artigo o seguinte parágrafo:

"§ 2.º O dispôsto no parágrafo anterior aplica-se às situações análogas que, com fundamento no primitivo artigo 40 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, venham a ser reconhecidas por sentença judiciária transitada em julgado e proferida em ações pendentes na data desta lei". Ao artigo 2.º (Emenda nº 2-C).

Suprima-se êste artigo.

Nº 791, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de

Lei do Senado n.º 12, de 1951,. Relator: Sr. Waldeman Fedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fi. anexa) do Projeto de Le n.º 16, de 1951, de miciativa do Senado Federai.

Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 1954. — Joaquim Piles, Presidente. — Walden ar Pe-diesa, Relator. — Aloysio de Car-

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho ANEXO AO PARECER N.º 791, DE 1954

Redação Final do Projeto de Lei ao Senad) nº 12, de 1951 que autoriza o Poder Executivo a doar ao Patrenato Santa Catarira Laboure, de Piripiri, Piaui, os terrenos e edificios que, na mes-ma locatidade, serviram às ins-tauções da Comissão do Depar-tamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo qutorizado a doar ao Patronato Santa Catarina Laboure, de Piripiri, Piaui os terrenos e edificios, situados a margem da estrada de rodagem Fortaleza-Terezina e que, inicialmente serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional deObras Contra as Sécas.

Art. 2.º Na escritura, de doação tornar-se-á obrigatória, por cláusu'a ao patrimônio nacional, no caso de expressa, a reversão da propriedede vir a instituição a dissolver-se ou de excluir-se de seus objetivos a educação gratuita a crianças e moças po-

Art. 3.º Esta lei entrará em viror na data desua publicação revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 792, de 1954

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1951. Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Lei n.º 16, de 1951, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação, em 13 de setembro de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pe-drosa, Relator. — Aloysio de Carvalho.

ANEXO AO PARECER N.º 792, DE 1954

Redação Final do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1951, que estende a Fiscais de Rendas Fe-derais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei número 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Estende-se aos atuais Fiscais de Rendas Federais, do Ministério da Fazenda, nomeados pelos De-cretos-leis ns. 21.030, de 5 de feverei-ro de 1392 e 24.058, de 28 de março de 1934, o disposto na Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951. Art. 2.º Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Nos têrmos do art. 39, § 1.º, do Re-gimento Comum, designo os Srs. Se-ndores que deverão acompanhar na penhor rural.

Câmar dos Srs. Deputados o estudo das emendas do Senado, cujas redações acabam de ser aprovadas, a pro-jetos daqueia Casa: Projeto n.º 66, Jetos daqueia Casa; Projeto n.º 55, de 1952 — 5 sr. Senador Durval Cruz; Froeto n.º 245, de 1953, o Sr. Senador Vitorino Freire; Proeto n.º 41, de 1954, o Sr. Senador Nestor Massona.

Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 291 de 1951, que dispō. sôbre o penhor dos produtos agricolas. Pareceres: da Comissão de Economia: n.º 843, de 1953, o, erecendo substitutão: da Comissão de Constituição e ustica: n.º 684, de 1952, pela constitucionalidade do projeto, e quanto ao mérito, pela sua rejei-ção; n.º 748, de 1954, pela consti-tucionalidade e legalidade do substitutivo; da Comissão de Finanças; n. 685, de 1852, pela rejeição do projeto: n.º 740, de 1954, declarando escapar o assunto do substitutivo à sua mpctência e gerindo r audiência, sôbre da de Constituição e Justiça. moctência e su-

O SR. PRESIDENTE;

Vai-se proceder à votaço do substitutivo, artigo por artigo.

Os Srs. Senadores que aprovam o artigo 1.º, queiram permanecer sentados. (Pausa).

São sucessivamente aprovados os seguintes artigos;

"Art 1.º Independe de condição efetiva o penhor mercantil dos produtes agricola e istente em estabelecimen-tos destinados ao seu beneficio cu transforinação.

§ 1.º Em case de dúvida quanto a identificação do produto apanhado em face de outros da mesma espécie perventura existentes no local o vinculo real incidirá sôbre a quantidade equivalente de bens de mesma natu-rcza, de propriedade e, em poder do estabelec ento que responderá como estabelec ente que responderá como fiel depositário sob as penas da lei.

§ 2.º 'Aplicam-se ao penhor constante dêste artigo as disposições que regen o penhor rural, inclusive atos de registro.

Art. 2.º O benefício ou a transformação dos gêneros agricolas dádos em penhor rural, ou mercantil não ex-tinguem o vinculo rea que se trans-fere para os produtos e subprodutos resultantes de tais operações.

Art. 3º A validade do penhor cele brado pelo arrendatário, comodatário parceiro, agricultor, condomínio usu-frutário ou fiduciário independe da anuencia do proprietário, consorte nuproprietário ou fideicomissário do imóvel de situação dos bens dados do em garantia.

§ 1.º Em caso de arrendamento ou comodato, o prazo do penhor só poderá ultrapassar e da locação, se nisso aguiece o locado. · u comodante.

§ 2.º O penhor outorgado pelo parceiro agricultor só incidirá sóbre a parte dos frutos ou bons que lhe couberém pele contrato de parceria admitida a sua constituição apenas quand não houver no citado contrato expressa proibição à sua outorga, ou exigência de prévia anuência de parceiro proprietario.

§ 3.º Se o imóvel estiver indiviso o penhor incidirá somente sôzre os bens correst ondentes à parte ideal do apa-

§ 4.º Se o usufruto ou fideicomisso cessarem antes de paga a dívida exis-tindo e garantia, o nú-proprietário ou fideicomissário só terão direito a esta se resgatarem a obrigação.

Art 4.º Os frutos pendentes em formação ou percebidos de imóveis clau-sulados de inalienabilidade ou impenhorabilidade poderão ser dados em

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua pi licação, revogada as disposições em contrário. Fica prejudicado o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 291, de 1951

Dispoe sobre penhor dos pro-duios agriculas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os prodios agricolas exis-sentes em escalelectmentos desimados ac seu benenciamento ou transformacho, bem como os depos tados, em ar-mazens, silos, tulmas ou paiois, pouch ser objeto de penhor, independence-mente da tradição efetiva.

Art. 2.º Aplicam-se ao penhor men-clando no art. 1º desia lei as dispo-

sições legais que regem o pendo agricola.

Art. 3.º Permanece o penhor, conslituído sôbre os produtos agracias mesmo depois do bear amento ou transformação desde que o respectivo contrato assim disponna e estipule a quivalência entre o produto originário e o beneficiado ou transformado

eneficiado ou transformado e os respectivos subprodutos na equivalência estipulada no contrato o perior de estipulada no contrato, o

que for objeto o produto originario.

§ 2.º Se do benfinamento ou da transformação resi barrem produts transformação resi to com produts em quantidade inferior à equivalente crevista no contrato porerá o credor exigir o refôrço da garentía cu a amortizeção parcial da divida.

Art. 4.º A validade do p _ - celerado pelo locatário arrendatário, co-mandatário, parceiro agricultor, con-dômino ou compossuidor usufrutário cu fiduciário independe de anuên-cia do proprietário, consorte, nu-pro-prietário ou fideicomissário do inde el de situação dos bors dudos am code situação dos bens dados em garantia.

Parágrafo único. Se o imóvel estiver ndiviso o penhor incidirá apenas sôare os bens correspondentes à parte deal do apelante.

Art. 5.º Os frutos pendentes. em formação ou percebidos de imóveis lausulados de nalienabi ou impenhorabilidade poderão ser dados em penhor rural.

Art. 6.º Esta lei entrară em vigor oa data desua publicação revogaças as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria val à Comissão de I.3. dação.

A matéria que se segue na Ordem do Dia é o Projeto de Reforma Cors-titucional n.º 1, de :ººº4 que ex go quorum especial, nos têrmos do Re-

Vai-se proceder à chamada.

CROCEDE-SE A CHAMADA A QUE REPONDEM OS SENHORES SE-NADORES:

Vivaldo Lima — Prisco dos Sanios Vivaldo Lima — Prisco dos Santos

— Moreira de Souza — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Pinio Pumveu — Cicero de Vasanneelos — Carlos Lindemberg — Luiz Tinoco —
Alfredo Neves — Marcondes Filho —
Costa Pereira — Silvio Curvo — Gomese de Oliveira — Francisco Gallotti

— Alfredo Simch (16).

O SR PRESIDENTE:

Responderam à chamada dezesseis Srs. Senadores.

Não há número. Vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais

forma Constitucional.

vidências Parecerass da Comissão essa iniciativa, em função de um de Educação e Cultura, sob n.º 750, mandamento jurídico, inscrito em sus que 1954, favorável, com as emencas que físiece (sob ns. 1 C e 4-C); da Comissão de Fibanças, sob n.º-751, de 1954, favorável ao projeto e as emendas e oferciendo subemenda a de nº 3-C; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 804, de 1954, favorável so projeto, às emendas e à subemenda.

Discussão de projeto de Projeto de Después de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento poderado de um mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

O ST Kerginaldo Cavalcanti — Essa de mandamento jurídico, inscrito em sus constituição.

A subemenda.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1954, originário da Câmara dos Denutados (nº 3.980, de 1953, na casa de origem), que aprova o Protocolo Anexo ao Código Sanitário Pan-Americano.

Paraceres favorânsis: da Comissão de Coastituição e Justica, sob n.º 805 de 1954; da Comissão de Saúde, sob n.º 806, de 1954.

Deimaira discussão da Projeto de Cor.

Deimaira discussão da Projeto de Cor.

Discussão única do Projeto de Decreto de Carginaldo Cavalcanti — Isso é o que querem os capitalistas O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND Cavalcanti — Se se tratasse de uma questão esportiva, como por exemplo, situar o caso no campo do Vasco ou do clamento de Saúde, sob n.º 805, de 1954; da Comissão de Saúde, sob n.º 806, de 1954.

Deimaira discussão do Projeto de Cor.

Descriptiva como por exemplo, situar o caso no campo do Vasco ou do clamento campo de Vasco de campo de Vasco de campo de vasco ou do clamento campo de vasco de campo de vasco de c

Primeira discussão do Projeto de Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1954, que concede nova inscrição para as salinas não registradaes. Pareceres favoráveis: da Comissão do Constituição e Justiça, sob n.º 797, de 1954; da Comissão de Economia, sob núserviço Público Civil, sob n.º 799 de moro 798, de 1954; da Comissão de 1954; da Comissão de 1954.

Transitárias. Parecer favorável, sob mãos tão chucres que as gerações vin-n.- 242, de 1954, da comissão de Re- douras tordo de sesentir acabrunhaacabrunha- cia forma Constitucional.

Discussão unica Co Projeto de Lei da Câmana n.º 87, de 1954 (n.º 3.433, de 1953), ha cusa de crujem), que incoma o Frener a cultivo a abi peto atmiserio da Agricultura, o credito especial de C.\$ 100.00.00, tas não pagem im esto de renda destinado a subvencionar o VI Congresso diasileiro de Vearrinária. Pala centra n.º 782, de 1954, da Comissão de ginanças, tavorável.

Discussão única do Projeto de Lei de Câmare n.º 95, de 1954 (n.º 3.433, de centra , das d'ante da incapacidade de que de-

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

- Ao contrário. A participação nos
juros é que faz afugentar os capitais que porventura pretendam colocar-se no Brasil. É o que todos tememos com a experiência que tanto entrsias O Sr. Kerginaldo Cavalcanti

esto é conversa da política suici la do Sr. Gudin.

da Comissão de Reonomia, sob núServiço Público Civil, sob n.º 799 de
moro 798, de 1954; da Comissão de
1954.

Encerra-se a sessão às 16 horas

Encerra-se a sessão às 16 horas

DIECURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND NA SESSÃO DE 15 DE
OUTUBRO DE 1954

O-SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

Crelo ter sido um dos primeiros fornalistas deste país a estudar a questão da participação de empregatidos e operários nos lucros das emprêsas onde eles trabalham. Feriu a Constituição o aestinto, com a leviantidade exemplar, tão dos costumes prosileiros. Infelizmente as nossas les são, na unioria dos casos, trabalhos arremangados, de legisladores toscos, desses que o sufrágio universal não se rala de mandar para o Congresso, por conta das lábias com que iludem o eleitorado. Existe alguma coisa de herrendo, no I rasil. De mais horreucido do que o inferno verde amazônico ou uma estação de sêca rigorosa no Nordeste. É o nosso pacto constituição o activação pacto constituição o mas pacto constituição o activação universal não se rala de mandar para o Congresso, por conta das lábias com que iludem o eleitorado. Existe alguma coisa de herrendo, no I rasil. De mais horreucido do que o inferno verde amazônico ou uma estação de sêca rigorosa no Nordeste. É o nosso pacto constituição o activação de seca rigorosa no Nordeste. É o nosso pacto constituição ou para a sua expansão e o seu os cional, alimhavado e pespontado por se dos acionistas e dos operários!

O Sr. Othon Müler — V. Excelên | Na América do Norte, o presidente cia permite um aparte? (Assenti- e o geernte as suas vastas sociedamento do orador) — Essas lutas con des anônimas não sácm de forma al actividad de la constant de tre ratrões e empregados, que vom aendo apla adas em casos especia, tompar-se fo permanentes e serio sternes, se o projeto se tornar lei.

O SR. ASSIS CHAFLAUBRIAND - Temos em noscas "Fazendas Asso-Temos em nosons "Fazendas Asso-dadas", um tipo de contrato, como o que rege as relações entre proprie-tários territoriais e meetros, na fis-cana, faz setecentos anos. Mos uso e utra coisa. O meetro explora do tra o de terra cua recebe prepara to com os recursos da técnica agronó-maa, para éle trabalbar. No paso porém, trata-se de um cem que en cultiva direfamente, aplicando recur-tos da qua técnica e da sua fazendo cultiva direfamente, anlicando recur-cos da sua técnica e da sua farenda. En ste uma verdadelra marticipació na evileração do negócio. Os 10% que vai haver, da venda da colhe ra a marizo o recebrá pela exploração em colum no trato da fazenda con excepte ávio territorial, orde éle tra-terias saí é o que haverá de fácil.

nutre ceisa a marticinação dia trahalhad res nos sucros de um n-restimento mercantil ou industrial resumento mercantil ou industrial — coisa iá tentson e velha, nos Estados Unidos, onde neubum resultado neoduziu. E não produziu por que? Simples neute por isto: as emprêsas que ofeneciam participação aos seus prendicios não podiam capitalizar dividação não podiam capitalizar dividação. dos como es outras, que não haviam caminhado nessa direção. Co-sequência: as que arricavam os saus unicos macicos no desenvolvimento e merfeicosmento da empresa, proarcolam, e porque progrediam paka-vem mellores caléries aos seus une "Atios. Tinham equipamentos mais modernos e, per isso auferiam hene-feios mais seguros das suas ativida-

Em consecuência dessa evidente disparii de de resultados industriais, o que se viu? Os próprios operários abrindo mão da fantasia da narticipação hipotética dos lucros contra nagumento securo de bons e remuneradores salários. Nesse sentido também arui orinou o ilustre senador pelo PTB Sr. Pasqualini. A sua tose é que os trabalhadores preferem pous salários a lucros incertos.

Assim Sr. Presidente. O que os constituíntes brasileiros introduziram no texto da lei máxima não encerra maior novidade. Os americanos murcham para formas muito mais avançadas e práticas ed entendimento entre patrões e operários, para implantação da harmonia coletiva, nos seus parques de indústria e de comércio all o mecanismo do capital dá adquiriu uma flexibilidade que nos outros desconhecemos. Graças aos impostos de sucessão é de renda, as grandes de sucessão é de renda, as grandes fortunas, se diluem, sendo hoje, em-treras que já foram den ronded in individual glantescas cornorações ndividual gigantescas cornorações som centenas de milhares de milhares senão com milhões ed acionistas.

Na América do Norte, o presidente ruma de blocos de acionistas que guna de biocos de acionistas que repretentam os grupos controladores lo
neccio. O patrão, isto é o que dilige é, no grande maioria dos casos,
um simplo empregado, ou um antino operário da componhia.

O que no Brasil se precisa fazer é educar a i burguesia para banir cos nosses hábites o costume de pai entronigar muitas vezes um filho inepto, ou um genro incepaz, à testa de uma indistria, a qual exice autêntira capacidade para dirigi-la.

Reconheço que o novel dos poderes natronais ainda é pouco sofrivel no Brasil. Unte-se do elevá-lo, incul-cando no empregador a idéia de que rando no emoregador a ideia de que de não é o dono da riqueza que administra senão um efêmero etentor de a. Por isso mesmo, cúmpre, à rente dela, dar-lhe o tratamento nais conveniente não abusando dos ceus direitos de proprietário.

O Sr Gomes de Oliveira — Folco em ouvir de V. Ex.ª a sustentação desse ponto de vista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND - O Brasil tem problemas muito mais prementes a agitar do que a partici-acco nos luchos. Não se quer ver que o nó gordio das exportações co cars, que caem a olhos vistos, reside na baixa produtividade da lavoura e da indústria. A Alemanha e os Estados Uniros crescem a passos de estados Uniros crescem a passos de estados uniros fontes de riqueza o mais descalada interfesa. desvelado interêsse.

Nesse sentido, o Brasil é um pobre desajustado com as forças econômi-cas do seu tempo.

Há 24 anos que aqui se fazem 1e's e decretos-leis para proteger o tra-balho. Mas não se fez nenhum ato egal que contribusse rara enrique-ser o trabalhador, dando-lhe mais seiva ao organismo Esquecem os deseiva ao organismo Esquecem os de-magogos do trabalhismo que, quanto mais horas el labor se tiram ao ope-rário, mais se baixa o nível de pro-dutividade da sociedade econômica. Logo, mais se empobrece o operário, e com êle a nação — isto num min-do de feroz agressividade produtiva.

Nunca tive rumos ou pontos de vis-ta diferentes, ontem dos de hoje. Agora rusmo, ombatido em minha terra por largas secções de uma purquesia caolha, enquadrada por comunistas afoitos, tive a glória de arrancar cem mil votos dos trabalhadores mais politizados do Brasil.

O de que me ufano, Sr. Presidente. e de haver podido criar no Brasil em-preendimentos industriais, mercantis e agrários, fundados numa base tal de solidariedade humana, que não os que bilita a luta de classes como até aqui não racha de uma só fenda os nosmos edifícios, a inveja dos que trababam contra os que lhes oferecem a aportunidade de trabalhar.

(Muito bem! Muito bem! Palmas.)